

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social



OUVIDORIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Garantia de acesso à cidadania

1 **Ao Vigésimo primeiro dia do mês de Dezembro de dois mil e dezessete, as quatorze horas e trinta**
2 **minutos, no hotel fazenda mato grosso em Cuiabá-MT, iniciou-se a reunião extraordinária do Conselho**
3 **Estadual de Saúde de Mato Grosso.** A Secretária Executiva do CES-MT Lúcia Almeida faz conferência de,
4 confirmando quórum com 12 (doze) conselheiros, a Secretária informa que na ausência do Presidente e do
5 Vice Presidente do CES-MT, deverá se eleger um presidente ad hoc, para presidir a reunião. Após escolha
6 pelo pleno do CES-MT, o **Conselheiro Oscarlino representante do SISMA/MT, preside a reunião:** Declara
7 aberta a reunião Extraordinária as 14:30. **EXPEDIENTE RELEVANTE:** Diz que não apresentação de
8 expediente relevante, o presidente abre a sessão, concedendo a palavra aos representantes do Governo para
9 se manifestar em relação ao que será garantido ao CES-MT, para que seja colocado em votação a abertura da
10 pauta do CES-MT. O presidente ressalta que dentre os motivos de trancamento da pauta está a garantia das
11 condições mínimas para o funcionamento do CES, reestruturação do CES, homologação e cumprimento das
12 Resoluções, cumprimento das Legislações Vigentes por parte do governo. O presidente concede a palavra aos
13 representantes do Governo: **Cons. Maria José:** A Conselheira informa que das resoluções reenviada pela
14 secretaria executiva Lucia, a 07, 08 3 09 já esta assinada pelo governador aguardando publicação, as outras
15 estão em análise mas já estão na casa civil. Diz que houve um avanço, que exigiu uma força tarefa da
16 secretaria executiva juntamente com a Flavia de organizar todas as documentações, e encaminhar para o
17 gabinete do secretario onde a chefe de gabinete já enviou para a casa civil. Diz que agora com esse fluxo
18 definido, acredita que não haja mais problema com relação ao andamento de publicações. Informa que em
19 relação as Assessorias de imprensa, jurídica e contábil, diz que o Secretário já autorizou, eu tem uma
20 Comissão da Secretaria de Estado de Saúde que esta realizando um estudo de reestruturação da SES-MT, da
21 estrutura organizacional, diz que já está bem adiantado essa proposta, disse que poderia um representante do
22 CES-MT fazer parte dessa Comissão para levar essas demandas e discutir como ficaria na estrutura. Informa
23 que o trabalho da Comissão esta sendo conduzido pelo Dr. Nei Moreira, Fatima Ticianel e Siriana, poré m diz
24 que tem chamado todas as áreas pra participar. Garantiu ao CES que o Secretario já autorizou atender as
25 assessorias para o CES-MT. **Cons Ana Boabaid:** Diz que sua preocupação não é apenas reabrir a pauta,
26 mas pensar nos motivos que levaram ao fechamento da pata do CES. Perguntar o que foi cumprido, e que o
27 Governo deveria expor os avanços, por que só na fala é muito complicado, uma vez que estas respostas
28 deveriam ter por escrito para que os Conselheiros pudessem discutir com suas instituições. Diz que só falar é

29 muito vago, uma vez que não se vê ação. Abordou uma das resoluções que ela tratou co Dr. Alexandre
30 Guedes sobre ela que foi transformada em ação pública, a Conselheira, interroga se o Governo irá de fato
31 homologar todas as Resoluções ou irá escolher a que lhe for conveniente? A mesma diz ainda que apesar de
32 ter feito a ação Civil publica de algo já deliberado pelo pleno do CES, A Resolução deve ser homologada. Diz
33 que trata das OSS, onde há pessoas a frente desse trabalho que inclusive é o motivo que a fez retornar ao
34 Conselho. Diz que é serio a situação, que é muito fácil reabrir uma pauta sem instrumentos documentais, onde
35 o Presidente não vem, apenas encaminha dois representantes. Pergunta como fica isso? Diz que é preciso
36 mais diálogo. Lembra que soube que na reunião da CIB, tramitou recursos, criou-se a politica dos presídios e
37 nada disso tem passado para CES, e o que fazem os Conselheiros, apenas aprovam o que é necessário para
38 o Governo? Diz que o Controle Social não foi estruturado para isso. Diz que ele foi estruturado para ser um
39 espaço de negociação paritário, diz que chama a atenção dos Conselheiros simplesmente em defesa do
40 Controle Social, por que todos sabem da fragilidade em que se encontra o CES, que muitos estão no CES,
41 para sustentar a casa que esta caindo e ninguém aguenta mais, diz que no outro Governo ainda se tinha
42 conhecimento dos contratos e convênios mas hoje não se tem mais, nenhuma informação, que hoje se tem
43 vergonha de ser Conselheiro, por que não se sabe de mais nada da Saúde. **Presidente Oscarlino: Diz que**
44 **deve se ter data para apresentar resposta ao CES, em relação às contratações fala sobre o concurso**
45 **público que há 15 anos não acontece, questiona se contratações não iriam contra o que se encaminhou**
46 **pelo CES, para realização do concurso. RESSALTA que o CES prima por estas contratações de**
47 **imediate, por que o CES necessita desses profissionais. Solicita que os Gestores em janeiro tomem**
48 **providencias em relação às assessorias e façam a revisão dos DGAs da Secretaria Executiva e da**
49 **Ouvidoria. Cons. Ana Boabaid: A Conselheira, sugere que faça recrutamento de servidores da SES,**
50 **que tenham a formação exigida para as assessorias para ocuparem o cargo no CES com DGA. Cons.**
51 **Edvande França:** cumprimenta a todos os presentes. Diz que o trancamento de pauta solicitado pelo Cons.
52 Carlos tem alguns pontos de reivindicações. Diz que após o trancamento de pauta houve a intenção por parte
53 da gestão de resolver o problema, diz que foram 4 reuniões extra oficial, uma delas com a presença do
54 Secretario, onde resultou nesta extraordinária. Diz que vê avanços nas negociações pelo que foi falado pela
55 Gestão, de modo que não está tudo resolvido por que está em andamento. Relata que o Gestor tem
56 procurado dialogar, o PTA de 2018 contempla as ações do CES-MT, que enxerga uma série de avanços, fala
57 que a reivindicação do CES em sua avaliação não se prende apenas nessas já citadas, mas na questão da
58 sede própria, na independência financeira entre outros. Fala ainda, que indicaria o nome do Conselheiro
59 Oscarlino para participar da Comissão de reestruturação da SES, por ser presidente do SISMA e já tratar da
60 realidade dos servidores da SES. **Conselheiro João Durado:** cumprimenta a todos desejando boas festas.
61 Diz que quando a CUT, se posicionou pelo trancamento da pauta, por que havia o entendimento de ocorria um
62 conflito político de legitimidade. Onde por parte da Gestão não se tinha a visão da importância e da

63 necessidade do Conselho e do lado do CES estava se discutindo aquilo que não se refletia dentro da saúde,
64 onde os trabalhos e os debates do Conselho não tinha ressonância nem dentro e nem fora da Gestão. Diz que
65 o trancamento não foi apenas pela questão estrutural e técnico administrativo, mas também por uma questão
66 Política. Diz que o CES, não deu muita importância pública, não socializou publicamente aquela decisão, de
67 que aquele trancamento era por que existia um conflito. Diz que diante disso, a Gestão sinalizou para um
68 diálogo, quando o Secretario esteve em reunião com membros do CES, tomando conhecimento das
69 deficiências e das debilidades administrativas do CES, abrindo um canal de diálogo. Diz que no campo político
70 avançou, que o Conselho Nacional de Saúde tomou conhecimento da situação. Diz que se há essa relação
71 respeitosa da Gestão com CES, que tem a visão da importância do CES para a saúde, tem que se ver que as
72 ações tomadas foram exitosas. Diz pra Gestão, que é preciso ter um debate permanente, que é preciso ter
73 prazos, é preciso ter a porta aberta para o diálogo constantemente. Por que além da estrutura e dos problemas
74 do CES, é preciso discutir o modelo da gestão da saúde, melhorias no atendimento, o que esta na LOA se de
75 fato esta sendo implantado, é preciso avançar no debate pela saúde pública. Diz que se houve posicionamento
76 de abertura para dialogo que se deve ter esse debate, que abrir a pauta não quer dizer que o CES irá aprovar
77 tudo, que a CUT, naquilo que era positivo para a saúde votou a favor e aquilo que não é bom votamos contra.

78 **Cons. Ana Boabaid:** diz que concorda com algumas das falas do Cons. João Dourado, mas discorda em
79 muitas partes. Diz que houve avanço onde o secretario participou de uma reunião do CES ao longo de 9
80 meses. Ressalta que é impossível fazer controle social sem estrutura, sem RH suficiente, que a falta dessas
81 assessorias sobrecarrega a secretária geral do CES, que por mais que se esforce, não irá conseguir dar
82 resolutividade nas deliberações. A Secretaria Geral não tem condições de funcionar sem assessorias. Além
83 dos equipamentos do CES, que estão todos depreciados, não tem se quer um computador em pleno
84 funcionamento eu vejo a luta ali dos trabalhadores tentar falar entrar em contato com Conselheiros a Ouvidoria
85 esta desmontada. Então não houve o avanço como esperávamos, por que hoje deveríamos estar vendo aqui o
86 que o governo nos propõe em cima da situação que ai está, deveria estar no papel. Fora a questão como foi
87 falado da Gestão da Saúde que em 9 meses não conhecemos a gestão atual, não temos conhecimento de
88 nenhum contrato do Estado de Mato Grosso. Diz que é muito grave um Órgão de controle não conhecer os
89 contratos vigentes do Órgão fiscalizado. Agora esta sendo aprovado na CIB esqueceram o fluxo, que antes da
90 CIB tem o Conselho, diz estar muito preocupada. Diz que a CIB é um Órgão de controle da Gestão, mas as
91 Políticas devem passar pelos Conselhos antes de irem para a CIB, e não esta acontecendo como deveria. Não
92 esta sendo respeitado o Órgão de Controle máximo da Saúde. Diz que se tem que assumir a responsabilidade
93 da Lei 141, de um Órgão fiscalizador, se tem que cobrar do Governo, e nós também somos Governo, diz que
94 enquanto houver democracia ira existir a lei 8.080, 8.142, LC 22, enquanto existir democracia tem que ter
95 dialogo nesse espaço mediador, por que o que queremos é o avanço da Política. Lembra-se da caravana que
96 é uma ação reprovada pelo Conselho e que está sendo executada. Diz que não fica tranquila com a pauta

97 trancada, por que esta dispersando os Conselheiros que estão desmotivados e anos sem capacitação. **Cons.**
98 **Maria José:** Diz que em relação a política penitenciária que a Ana se refere, diz que na verdade é uma política
99 nacional que já existia e que os municípios a maioria, não tinha aderido, e serviço de saúde esta por conta da
100 própria justiça. Diz que quem esteve na reunião da CIB foi ministério da justiça, com o objetivo de sensibilizar
101 os municípios pra realizar essa adesão, então verdade não houve deliberação, criação de política, apenas uma
102 sensibilização que inclusive poderia ser pautado aqui no CES. Ressalta que o Secretario entendeu que ficou
103 muito claro que no que o CES pediu, que falta transparência e diálogo. Informa que o Secretario não se sente
104 confortável em ser o presidente do CES, e estará representado pelo seus secretários e assessorias, que
105 exigiu transparência e diálogo. Diz que está aberto ao diálogo com o Conselho. Diz que na questão da
106 transparência financeira, o próprio secretario criou um instrumento para que as áreas possam preencher e
107 mensalmente acompanhar a situação financeira e posteriormente elaborar um relatório mensal de como esta
108 sendo executado. Também diz que há um projeto junto à UFMT de criação de um sistema de informação que é
109 um painel, para a criação de indicadores em tempo real, um trabalho que esta sendo construído em tempo de
110 médio a longo prazo. Diz que poderia apresentar ao CES o que já foi feito até o momento e também, ver com
111 o CES, quais informações de indicadores seria interessante ao CES pra constar nesse painel de indicadores
112 haja vista que ainda esta em construção. **Sec. Executiva Lucia Almeida:** A secretaria informa que, da
113 resoluções não homologadas 4 não foram devolvidas para o CES, para as providências como parecer
114 técnicos entre outros, das devolvidas já foram providenciados os documentos anexos necessários para
115 homologação conforme novas regras e reenviadas ao Gabinete. Diz que em relação as Assessorias, na ultima
116 reunião o Secretario disse que era apenas pra encaminhar memorando com a demanda para que gabinete
117 pudesse tomar as providencias. A Secretaria Executiva no dia seguinte, elaborou os documentos e também foi
118 enviado ao Gabinete e não obtivemos resposta a respeito das assessorias, nem de como iria atender nem se
119 irá atender, vale ressaltar que tais documentos referem-se aos cargos de assessorias e correção dos DGAs da
120 Secretaria Executiva e da Ouvidoria, foram enviados as resoluções e leis que tratam desses assuntos, não
121 houve respostas e quando questionado a Gestão apenas informa que esta sendo discutido pela comissão. Diz
122 que a falta das assessorias prejudica diretamente os trabalhos da Secretaria Executiva, uma vez que mesmo
123 tendo todo o trabalho juntada de documentos, instrução de processos no próprio Conselho não tem uma
124 pessoa que possa assinar como jurídico, então os pareceres técnicos são feito e e assinados pela Sec
125 Executiva, que não tem nenhum conhecimento nem respaldo jurídico para assinar e ainda, não há como se
126 fazer a publicidade como exige o tribunal de contas, por que não temos o profissional da área, e
127 frequentemente estamos sendo cobrados e notificados pelo tribunal de contas por que não conseguimos
128 divulgar os trabalhos do CES, se quer por meio de internet. Lembrando que esses profissionais, Jurídico e
129 Jornalista já fizeram parte do CES, inclusive existe uma lei que garante esses cargos assim como resolução
130 que garante o DGA 4 para a secretaria executiva e ouvidoria, porem não existe de fato. Ressalta ainda que

131 existe a necessidade ser um profissional nomeado para o cargo de assessor jurídico e imprensa para que ele
132 tenha respaldo legal na execução do seu trabalho. 8.343 de 2005 cria o cargo de assessoria jurídica do CES, e
133 ainda três resoluções já homologadas pelo Governador, que trata da reestruturação do CES, do cargo de
134 assessoria de imprensa e das alterações dos DGAs. São questões simples, garantidos em Leis e Resoluções
135 que já não há o que se discutir, apenas cumprir. Por isso que a pauta traz a Resoluções homologadas e não
136 cumpridas. A secretaria abordou também, a questão da falta de autonomia de gestão no CES, uma vez que o
137 Regimento Interno diz que o recurso financeiro deve ser gerido pela Secretara Executiva que deverá prestar
138 conta ao pleno trimestralmente. Esta pratica não principalmente nesta Gestão tem sendo vetado, uma vez que
139 a Secretaria Executiva encontra dificuldade para executar o PTA do CES, por que os Gestores insistem em
140 tratar o CES como um setor da SES-MT, subordinado aos superintendentes, coordenadores e adjuntos
141 diversos existentes na SES. As demandas do CES, sempre são barrados, temos recursos garantidos no PTA,
142 porem não podemos executar. Estamos a dez anos sem comprar equipamentos, estamos com estrutura
143 sucateadas. A Secretaria diz ainda que na comissão de reestruturação Gerencial da SES devera ter além de
144 um Conselheiro a participação da Secretaria Executiva. **Cos. Maria José:** Sobre a Comissão Gerencia da
145 SES, é que são feitos em 4 eixos, 01 Gestão em planejamento, (SES, COSEMS, UFMT E CES), 2
146 Administração pública- onde trabalha a questão dos procedimentos padrão, de organização, 3 eixo financeiro
147 – que esta tratando a questão do fundo e o 4 eixo- que trata da educação na saúde. A Conselheira diz que, na
148 questão dessa estrutura organizacional é uma outra Comissão, que foi criado em decorrência de alguns
149 problemas internos que precisam ser resolvidos, o que se sabe é que ainda não há possibilidade da criação de
150 novos cargos, de alteração da lei nesse momento por questão financeira, mas ajustes podem ser feitos, como
151 tirar de um lugar e colocar em outro. Diz que é a essa Comissão que ela se referia e é pra essa que solicita a
152 indicação de alguém do Conselho. A Conselheira diz que, referente aos documentos protocolados pela
153 secretaria Executiva sobre assessorias e DGAs de ouvidoria e secretaria executiva, foi aberto processo e esta
154 com a comissão. Diz que em relação a estrutura física não é apenas uma deficiência do CES mas da SES
155 como um todo, e foram traçadas prioridades de reformas para 2018, onde esta a reforma e estruturação da
156 SES central e o Adauto botelho. **Cons. Luceni:** sobre a questão administrativa financeira, a Conselheira diz
157 que é uma discussão que esta sendo feita desde junho e ainda da pra ter a participação do conselho, relata
158 que a autonomia financeira é uma questão bem ampla como o próprio secretario já mencionou, diante o
159 histórico de desconstrução, criou-se no Estado a contabilidade , a conta única que tirou a autonomia do fundo,
160 da mesma forma que esta sucateada a estrutura como um todo, também não se tem autonomia dos recursos
161 do próprio fundo estadual de saúde, isto significa dizer que o dinheiro vem para a saúde, de acordo com o que
162 a SEFAZ vai autorizando para o ordenador de despesas. Diz que em trabalho com o CONAS, viu se que tem a
163 unidade orçamentaria que não é gestora a Lei que criou o fundo deixou condições pra isso acontecer, la é de
164 1992, houve avanços políticos de muitas formas, e em 2012 veio a lei 141, ou seja a lei de 92 precisa r

165 adequada à 141 que diz que o fundo Estadual é unidade orçamentaria e Gestora, e o CONAS disse que a
166 prioridade é a readequação do fundo pra cumprimento legal. Diz que deve ser feito uma proposta de lei para
167 encaminhar à assembleia, que de junho ate o presente momento, oi realizado duas oficinas, discussões
168 referente a situação do fundo, sobre a lei de 1992, fez então uma minuta discussão com o governo da
169 necessidade de adequação da lei, e por fim, informa que a existe definido de se enviar a lei no inicio de 2018,
170 essa alteração ira proporcionar a autonomia para as descentralizadas, permitindo por exemplo que um
171 determinado hospital no interior faça compra na sua região. Afirma que na questão Financeira, houve avanço
172 tanto no ponto de vista técnico quanto politico. Nessa ação são responsáveis a Cons. Luceni e a Secretaria
173 adjunta Florinda. Diz que a grande mudança será trazer autonomia ao chefe da pasta. **Conselheiro Edvande:**
174 Solicita que o presidente coloque em votação se permanece ou não trancado a pauta, uma vez que foi feito
175 todos os esclarecimentos. **Cons. Ana Boabad:** Diz que em relação a conta única é uma questão ilegal, imoral
176 e inconstitucional, criado no governo Maggi, lembra que o CES já deliberou que se retornasse a autonomia da
177 saúde para a pasta, porem não se obedeceu que é mais um desrespeito ao pleno do CES-MT que inclusive é
178 d conhecimento da PGE, e diz ainda que conforme o Regimento Interno no art. 52, diz que o recurso financeiro
179 do CES serão depositados em banco oficial e administrado pela secretaria Geral do CES, que devera prestar
180 conta trimestralmente ao pleno e devidamente assinado pelo presidente. E ainda que com base na fala da
181 secretaria, onde os projetos do conselho, tem dificuldade de encaminhar seus trabalhos, seu processos onde
182 qualquer superintendente tem poder para processos encaminhados pela SGCES, estão nos tratando como
183 uma gerencia da SES, diz ser uma situação mito grave, que a ses precisa ter olhar para este setor, que não é
184 um setor dela, mas um órgão superior eu delibera sobre as politicas de saúde do Estado de Mato Grosso.
185 **Cons Luceni:** retorna a fala sobre a questão do fundo, que ate que se resolva a questão da lei, as decisões
186 sobre a autonomia financeira de quem vai ter de acordo com a revisão da lei. Verifica-se também a baixa
187 execução financeira. A Conselheira diz que muitas questão de baixa execução esta relacionado ao fluxo da
188 SES. Diz que é preciso rever que a questão não é apensa lançar as ações no PTA, por que tem a questão do
189 fluxo e também a questão do PTA que acaba na questão financeira, por que não se faz a gestão Orçamentária
190 e financeira, por que até meados de 2016 a área planejava o recurso porém o recurso era remanejado sem o
191 conhecimento da áreas e hoje houve avanços nesse sentido, que pra remanejar é preciso comunicar a área,
192 mas ainda existe o fluxo que precisa ser revisto, exemplo o Conselho esta diretamente ligado ao Secretário
193 então deve ser dai para a área de execução, diz que é preciso ver que do ponto de vista orçamentário, o
194 Conselho tem uma ação, e esta ação tem que passar pelo ordenador de despesas, mesmo que tenha a
195 autonomia administrativa. Porém diz que o que esta acontecendo de outros setores abaixo do ordenador esta
196 imperrando o tramite do Conselho que não pode acontecer e como já disse é uma questão de fluxo que deve
197 ser resolver na secretaria como um todo. Vale lembrar que o valor do recurso financeiro do conselho é de
198 acordo com o teto. E é baseado na meta alcançada ao longo do ano. Como exemplo na avaliação coloca que

199 foi executada 80% das ações, e ressalta que o problema de não conseguir executar o financeiro por causa do
200 fluxo e não por falta de financeiro. **Cons. Ana Boabaid:** Diz que esta participando junto com Conselheiro
201 Orlando e Fernanda da Casa civil, em reunião com a mesa de reconciliação do tribunal de justiça, diz que
202 gostaria de fazer uma reflexão que a desembargadora fez, onde ela disse que acha que os Conselheiros estão
203 muito cansados, por que o governo atual teve 4 gestores, e cada gestor tem um sonho, quando monta tem
204 que apresentar o sonho da equipe e não é apresentado para o conselho, ou seja a gestão sonha sozinha, e
205 não se respeita o Conselho que é um órgão da saúde. Diz que se tem um problema de fluxo é resolver porém
206 não o faz por que não tem vontade política, diz que é preciso lutar pra resolver os problemas internos pra não
207 ter que ser através de justiça, tem que tirar a judicialização pra deixar a justiça cuidar de bandido e não de
208 doente. **Presidente Oscarlino** passa a palavra para o Cons. João Dourado, fazer o encerramento das falas e
209 posterior encaminhar a sessão para os encaminhamentos. **Cons. João Dourado:** O Conselheiro diz que esse
210 problema orçamentário já é histórico e que a judicialização esta demandando mais paciente da rede estadual
211 do que de qualquer outra forma, diz que é preciso se adequar à 141 e 142 e aqui no Estado foi uma
212 egnominia essa conta única, Gestores sabem disso, impossível funcionar com a SEFAZ ditando as regras. No
213 mais entendo que houve avanço. Nesse processo, o que deve ficar claro é a permanência do diálogo, de forma
214 respeitosa, democratizar o Conselho pra que fique mais representativo, e as entidades que precisam rever
215 suas posições daqueles q eu não tem participado, por que tem várias entidade que podem participar e
216 não tem oportunidade. O Conselheiro diz que está diante um cenário que é gravíssimo onde a própria gestão
217 orienta o usuário a judicializar, onde há pressão para que juízes posiciona contra o Estado para que se pague,
218 superfaturado. Quando houve o trancamento da pauta, era com a visão de que la na frente haveria
219 intervenção do MP, do CNS, porem como houve o diálogo por parte da gestão de boa vontade, o Conselheiro
220 entende que deve ser aberta a pauta do CES/MT. **Cons. Carlos Pereira:** Diz preocupado com a dificuldade de
221 se conseguir quórum para as reuniões do Conselhos, diz que houve avanço na negociação com a gestão, diz
222 que foi beneficiado pois estava sofrendo com a falta de medicamento, diz que viu que o Secretario
223 compareceu e colocou seu cargo à disposição do Conselho, e que com a Comissão irá sentar para fazer as
224 adequações necessárias juntos, diz que agradece aos demais Conselheiros por terem se solidarizado com ele
225 no momento em que ele precisou, diz que foi atendido sua reivindicação que foi efetuado a compra e
226 dispensação de medicamentos até o mês de janeiro, e que esse avanço foi possível graças à ajuda de cada
227 um dos seus colegas Conselheiros nessa luta. Diz que em relação ao trancamento de pauta, deve haver prazo
228 para atendimento das demandas, nas questões dos cargos, diz que 60 dias é suficiente, e que quer ver
229 também a questões dos contratos que todos estão cobrando, o Conselheiro diz ainda que o PTA votando ou
230 não nessa reunião ela já passou pela assembleia Legislativa, já foi até aprovado. O Conselheiro encaminha
231 que em 60 dias a gestão apresenta resposta ao que foi solicitado pelo pleno em relação ao trancamento de
232 pauta e em relação ao contratos e resoluções etc. **Cons. Ana Boabai:** Diz que se abrir a pauta será um

233 grande voto de confiança ao governo que até o momento não apresentou resposta ao que foi solicitado pelo
234 pleno o que se pergunta é que se o Conselho irá abrir a pauta somente para atender o Governo? Ou seja é
235 sabido que o Governo não atendeu a reivindicação do CES/MT, **Cons. João Dourado:** diz que a proposta é
236 reabrir a pauta com o diálogo permanente, diante dessa pauta, desde a questão da estrutura e assessorias,
237 que necessita de um diálogo permanente, e depois avançar para a reformulação da LC 22, e após fazer uma
238 reflexo em cima do PTA e da política Estadual de Saúde. Reforça que a reabertura da pauta se faz, com esse
239 compromisso do atendimento mínimo das condições estruturais solicitado pelo pleno, e ir avançando para
240 demais áreas. o **Presidente Oscarlino:** informa as propostas. Proposta do Com Carlos – reabertura
241 intermitente da pauta e apreciar a apresentação do PTA e ao final da reunião manter a pauta trancada até que
242 na próxima reunião ordinária a Gestão traga respostas e soluções referente aos motivos que levaram ao
243 trancamento da pauta do CES/MT. **Cons. João Dourado :** diz que a abertura intermitente não é viável ainda
244 mais no final do ano. Diz que o trancamento de pauta ocorreu por havia uma crise política, e que agora já
245 houve o início de diálogo. **O presidente Oscarlino:** coloca em regime de votação a proposta do Conselheiro
246 Carlos Pereira, da abertura intermitente da pauta. Proposta reprovada por unanimidade. **Proposta de abertura**
247 **de pauta do Conselheiro João Dourado: em regime de votação: contrario 04 votos – aprovada com 8**
248 **votos favoráveis e nenhuma abstenção. PROPOSTA: reabrir e construir as pautas com a gestão,**
249 **respeitando as instâncias, as políticas de saúde, abrindo o diálogo com os movimentos sociais pra**
250 **reestruturar o Conselho e que a Gestão mantenha o diálogo permanente com o CES, dando resposta**
251 **aos motivos que levaram ao trancamento de pauta. Presidente Oscarlino: Pauta 3.2 - Apresentação,**
252 **discussão e deliberação do PTA 2018; (Luceni Grassi); João Dourado:** fala que o envio de PTA para a
253 assembleia legislativa, sem passar antes pelo Conselho não foi em decorrência do trancamento da pauta, diz
254 que quer fazer um encaminhamento por que a LOA já foi aprovada, diz que estava previsto um bilhão e
255 oitocentos milhões, ao que se pode ver nos jornais. Diz que esta mantendo o contato com o deputado
256 Barranco e ele esta passando informações, onde o mesmo havia passado para a saúde 80 milhões que foi
257 retirado da comunicação, mas essa emenda não passou, porém diz o Conselheiros que outras emendas,
258 foram encaminhadas para a Saúde, onde a LOA foi aprovada com esses destaques de ementa de
259 aproximadamente 200 milhões. Diz que diante disso, diz que deve ser revisto o PTA, para saber pra onde será
260 destinado essas emendas. **PROPÕES:** na reunião de fevereiro após readequar o PTA, com a LOA, pra não
261 deixar isso solto, fizesse revisão do PTA e apresentar ao pleno do ces, por que é necessario um debate. O
262 **Presidente Oscarlino:** diz que desconhece que a LOA tenha recebido esse acréscimo de 200 milhões, diz
263 que seria até oportuno do governo esclarecer ao Pleno que ao invés de 1,800 milhões programado houve esse
264 acréscimo. Diz que não há a necessidade de retirar a pauta 3.2 por que é apenas 10 minutos. **Cons. Luceni:**
265 diz que a proposta de discutir o PTA após os ajustes das emendas é coerente, diz que as emendas já estão
266 vindo para a saúde direcionado para determinadas ações. Concorda que a partir de fevereiro possa ter dialogo

267 no campo político, para que os deputados criem abertura para que tenha essa flexibilidade para readequar as
268 ações. A Conselheira Luceni esclarece que a discussão sobre o PTA deveria ter ocorrido antes de passar na
269 Assembleia, porem não foi possível, Diz que em janeiro abre o orçamento de 2018 e que então já inicia
270 executar por que existem demandas que são permanentes. **Cons. João Dourado:** Diz que quer que o Pleno
271 delibere que todas as emendas parlamentares sejam incorporadas dentro do PTA. **Cons. Luceni:** esclarece
272 que, todas as emendas são incorporadas nas ações da SES, informa que a secretaria de planejamento recebe
273 as emendas e depois disponibiliza para as secretarias para incorporar no orçamento da saúde, já temos
274 antecipadamente as informações de as emendas já estão direcionadas para a média e alta complexidade, há
275 também emendas direcionadas para obras, para reestruturação das unidades. **Cons. Luceni:** inicia a
276 apresentação, dizendo que anteriormente já apresentou para a comissão de orçamento no mês de setembro,
277 antes do trancamento da pauta. Diz que ira apresentar o PTA, de acordo com o que a lei garante, sem as
278 emendas, então sera apresentado de acordo com a composição da receita, diz que a receita, base que
279 compõe o calculo da saúde 2018, fechou em 11.3 bilhões diz que coloca apenas a evolução do que aconteceu,
280 diz que 2017 para 2018 houve um crescimento, pois em 2017 foi uma base de 10.6 aproximadamente, ou seja
281 foi repassado a inflação no aumento dessa receita. A Conselheira diz que quando se olha no teto orçamentário
282 aquele que vem para a secretaria distribuir para as suas ações, diz que em 2017 a fonte própria destinou as
283 12% que representava naquele momento, receita estimada de 1, 278. Diz que em 2018 isso subiu par 1.546,
284 diz que pra chegar nesse nível de aumento. Diz que o teto que chegou pra secretaria de saúde era de 1.3, que
285 foi informado para o secretario, por que ele havia dito quando começou a discutir a LOA que ele tinha uma
286 necessidade mensal, então o secretario disse para o governo que precisaria de 65 milhões no mensal, diante
287 disso haveria a necessidade de sair do porcentual mínimo, sair dos 12% que era o que tinha passado para a
288 saúde no inicio da proposta, diante disso foi preciso incrementar a receita em 21%,para atingir 13.7% que foi
289 de onde começou a trabalhar a LOA de 2018, e agora com as emendas ultrapassará os 14%. A Conselheira
290 diz que aquela receita de 1.546 que representava 12%, foi distribuído por categoria de despesas ou bloco, teto
291 por despesa, sendo primeiro as despesas obrigatórias, que trata de pagamento de pessoal, sendo 758,1 com
292 folha de pagamento, e posteriormente 3.9 milhões para despesas essenciais, que são os contratos, aqueles
293 que mantem o funcionamento da secretaria de estado de saúde em funcionamento, ex. telefone, segurança
294 entre outro, e o restante são para despesas com áreas finalísticas, ou despesas com a politica de saúde. A
295 Conselheira, diz que além desses recursos, a secretaria conta ainda com repasses federais, em torno e 303.7
296 milhões, e 1.546,5 de fonte própria, arrecadação da vigilância em torno de 1.5 bilhões e ainda emendas
297 federais, que podem se transformar em convênios, expectativa de 2.57 milhões. Diz que foi para a LOA 1.853,
298 819 bilhões arredondando, 1.600 de fonte própria e 300 de fonte federal, Comparando despesas obrigatorias
299 de 2017 saiu de 730 para 758, lembrando que a folha tem o teto constitucional, as despesas essenciais, ao
300 aumentar as obrigatórias cai as essenciais, e se aumentar as obrigatórias e essenciais, cai a da politica

301 automaticamente, Diz que a despesas com a politica teve aumento que saiu de 485 para 755, isso em função
302 do percentual de 12 para 13.7, e o total 2017 fonte própria saiu de 1.3 pra 1.6, que representa um crescimento
303 de 21%, a fonte 240 tem perda por que depende de arrecadação e refere-se a fonte da vigilância, a fonte 161,
304 tem expectativa menor de repasse, de 1.600 bilhão para 1.900 bilhão. Ao somar tudo representa crescimento
305 de 16.9 de um ano para o outro. Apresenta iniciativa de 1.600 bilhão que foi dividido nesses programas,
306 exemplo o programa onde esta a folha de pagamento, considerando os inativos, 770 bilhões esta direcionado
307 nas ações administrativas significa dizer que são despesas obrigatórias que foi alocado, com gastos com
308 gabinete, guardas, oficina, telefones em fim contratos manutenção, informáticas, publicidade propaganda etc.
309 ou seja programa 36. E tem outro programa menos robusto programa 76, com valor menor alocado 44
310 milhões, contemplando, gestão, ação do controle social, onde esta programado plenárias, conferencias entre
311 outras ações do CES administrado pela Lúcia,

312 Depois Da folha de pagamento, o programa 77 esta todas as redes, unidades, cridac, cermac, adauto Botelho.
313 etc. e aqui com relação das emendas a maioria serão inseridas aqui onde tem maior volume de recurso. E o
314 outro programa trata-se da educação e trabalho, onde contempla a escola e gestão de pessoas, estão
315 inseridas nesse programa, realização de formação e qualificação de trabalhadores, e uma ação de gestão do
316 trabalho estão no programa 78, cabe destacar que a maior parte do recurso da escola não aparece, na LOA,
317 por que a LOA trata-se de recursos novos e a escola possui recursos remanescentes, e quando começa o ano
318 deve ser suplementado, ou seja a escola já trabalha com planejamento em cima disso, porem não coloca
319 dotação orçamentaria. Fechando então apresenta-se para 2018, distribuídos em três programas, 303 milhões
320 do governo federal e 1.600 bilhões de orçamento próprio, pra bancar os três programas destacando as
321 despesas obrigatórias por ser 100% fonte própria. A conselheira lembra que posteriormente será
322 acrescentado os valores das emendas, que a apresentação do dia tratou da LOA já enviada para a Assembleia
323 Legislativa, e posteriormente irá fazer a somatória do percentual de cada emenda, que chegara a pouco mais
324 de 14% no orçamento a saúde. A Conselheira diz que após a soma das emendas de deputados, ai sim poderá
325 dizer qual o valor que foi incrementado no orçamento. DEBATE - **João Dourado**: Diz que se preocupa com o
326 foco de toda a situação embora tenha visto que o orçamento chega aos 14%, diz que muito a preocupação
327 com a judicialização, com a doença do que efetivamente trabalho voltado à prevenção. Diz que não conseguiu
328 ver os materiais, e por isso não enxergou na apresentação o que foi disponibilizado para a prevenção. Diz que
329 observou que o foco esta muito direcionado ainda á assistência a doença, talvez por causa da demanda
330 reprimida do adoecimento da população. O Conselheiro, pergunta sobre a questão do concurso publico, se há
331 previsão e possibilidade de ainda acontecer. Chama pra refletir que mesmo com tanto incentivos fiscais ainda
332 chega a 2 bilhões, diz que imagina como estaria a saúde sem tantos incentivos. Diz que por mais que se diga
333 que tem 200 milhões a mais pra saúde, não se pode deixar de refletir na questão da renuncia fiscal, dos

334 incentivos, diz que certamente a saúde estaria bem melhor e não pode deixar perder esse debate. Também
335 chama para a reflexão sobre a situação do congelamento dos gastos em 5 anos se não irá afetar na saúde,
336 diz que não vê na gestão do atual Governo perspectiva de melhoria na política de saúde do Estado.
337 **Presidente passa a presidência para o Cons. João Dourado: Cons. Oscarlino,** inicia sua fala dizendo que
338 a apresentação esta com mais riqueza de detalhes que em outras oportunidades, que ficou bem esclarecido
339 quanto a apresentação em relação a apresentação de 2017, onde os Conselheiros apontaram a ineficiência
340 dos recursos e que no decorrer do ano o governo, passou por sérias dificuldades, onde chegou até mesmo a
341 dizer que teria que desviar recursos da folha de pagamento para pagar saúde, mas o presságio foi feito desde
342 o início do ano, desde quando apresentou a LOA na assembleia onde surgiu o debate. O Conselheiro interroga
343 sobre a questão do concurso público, pergunta onde esta contemplado o concurso e quanto esta
344 disponibilizado para a sua realização. **Cons. Luceni:cons.** Diz que na questão do congelamento e na questão
345 da renúncia fiscal, diz que não sabe no Estado de Mato Grosso, mas que a mais ou mesmo 4 ou 5 meses
346 atrás, que foi buscar informações a nível nacional tem bastante estudo que inclusive foi para discussão da PEC
347 nacional e eles apresentaram essa questão da renúncia fiscal e diz que uma coisa que ela achou interessante,
348 diz que se tem essa renúncia fiscal no geral no contexto econômico, mas se pode fazer um zoom e trazer pra
349 renúncia fiscal que você dá para dentro do próprio setor saúde, diz que também ele ganha duas vezes, por que
350 ganha quando a gente compra e também com a renúncia fiscal. A conselheira afirma então que acha muito
351 importante os trabalhos que está sendo feito pelas universidades, como UFRJ e todos que estavam no evento
352 e que eles que estavam trazendo essa questão, do setor saúde, diz que não viu isso aqui no Mato Grosso
353 apenas a nível nacional. Diz que em relação a PEC, diz que participou desse evento com relação a PEC
354 nacional, a PEC do nosso Estado diz que não teve tempo de observar detalhadamente ela, mas diz que a
355 SEPLAN, solicitou um material e fazendo uma analogia, diz que em relação ao congelamento se observa, o
356 que foi muito discutido no evento em São Paulo e da para fazer a nível de Estado aqui, diz que no ano que
357 vem 2018 e 2019, como foi congelado com base em 2016, foi inflacionado, consideraram restos a pagar, e diz
358 diz que o efeito pro ano de 2018 e 2019 começa a aparecer, principalmente, por que o que a gente esta
359 vendo, que o governo deixou de vincular a receita da saúde a inflação, diz que inclusive foi um tiro no pé, por
360 que a hora que cair a inflação, por o setor saúde ele é muito acima da inflação oficial, diz que o setor saúde é
361 caro, então a lógica da política monetária é: o governo fez isso e a política monetária esta retraindo, diz que
362 quando se olha para as políticas sociais, chegará aos problemas, por que daí não terá que passar apenas
363 dentro da inflação. Diz que em 2019 as coisas desandam, por que não tem como reajustar com base na
364 inflação. A conselheira luceni diz que são pautas importantes e devem ser discutidas com mais tranquilidade a
365 questão da PEC com o Conselho. Em relação ao Concurso ela diz que, a área de gestão de pessoas da SES
366 explicou que já houve uma conversa com o SISMA e com a SEGES, e diz que o concurso, gera um impacto
367 na folha, por que a proposta do concurso uma vez ele ocorra em 2018, seria em substituição, ou seja diz que

368 o impacto já foi medido antes de fechar o ano juntamente com a SEGES, disse que realizaram o impacto
369 financeiro e concluíram que do ponto de vista financeiro, não impacta na folha, ou seja esta alí naquele teto do
370 RH, quer dizer que se for realizar o concurso irá substituir irá contratar e não precisa medir mais, estas são
371 informações repassadas pelo RH inclusive tem no parecer técnico. Diz que o andamento da parte burocrática é
372 esse que o sindicato esta acompanhando, e no ano que vem seria o impacto na LOA, que no primeiro
373 momento ela (RH) disse que não havia esse impacto que estava até no parecer, e também na PEC, abriu-se
374 uma exceção, para setor saúde. **Conselheiro Oscarlino:** Diz que em parte não concorda com o que foi dito,
375 por que historicamente nos últimos 8 anos, foram mais de mil cargos em vacância em função da
376 aposentadoria, diz que se for substituir os 8 mil que abriu essa vacância e pela necessidade da secretaria de
377 saúde, é notório que haverá impacto direto na folha de pagamento. O Conselheiro quer saber onde que esta a
378 ação dentro do PTA, onde esta previsto o valor para a realização da saúde, diz que precisa ver a ação, por
379 que sem contemplar dentro da LOA sabe-se que não realizará. **Conselheira Luceni:** diz que a ação esta na
380 ação 2007, que recebeu orientação da SEGES para que não alocasse o recurso do concurso em ação finalista
381 por não ser a secretaria a executora do orçamento, que deveria alocar no programa 36, diz que foi a Izabela
382 que acompanhou em conversa com a SEGES. **Cons. Oscarlino:** solicita que a Cons. Luceni envie a
383 apresentação do slide para o CES. **Cons. João Dourado:** lembra que em 2016 na greve geral, o SINTEP
384 levantou três pautas, RGA, concurso publico e não a terceirização e o discurso feito para convencer o
385 Governador foi que o concurso em tese seria por substituição, que era um concurso para substituir os
386 contratados e ai quebrou o discurso do Governo, por que na realidade não teria impacto na folha, por que
387 estaria apenas trocando e assim o SINTEP garantiu o concurso. Diz que a saúde já deveria estar discutindo
388 isso, por que dessa forma não gera o impacto financeiro na folha pelo menos de imediato apenas a longo
389 prazo. Diz que acredita que agora a Secretaria percebeu que dessa forma não haver[á] impacto a curto prazo.
390 Ressalta que o congelamento a partir de 2019 irá afetar, por que o Governo congelou só baseado na inflação,
391 mas as demandas irão aumentar a população irá crescer, nascerá mais crianças, ou seja esse isso não irá
392 mudar nem resolver nada,. Diz que a esperança é que o ano que vem haverá eleição, iremos ganhar esse país
393 de novo e apresentar um plebiscito para revogar essas PECs, por que a gravidade o governo congelou as
394 ações primarias mas não congelou as despesas financeiras, ou seja, continuará a pagar juros da divida.
395 Conselheiro diz que a saída é em 2018 ganhar as eleições, e derrubar essas PECs, através de muita pressão
396 popular, por que ignominia do governo federal, isso reflete nos municípios, 50% é pagar juros da divida, esse
397 não ficou congelado, ou seja não terá como suportar o país os Estados e os municípios com esses
398 congelamentos. **Cons. Luceni:** Diz que essa fala do Conselheiro João foi a discussão de fez nacionalmente,
399 diz que tanto os que apoiam o governo como os da oposição, falando do ponto de vista dos estudiosos, eles
400 entendem que a PECs a vida útil dela é até encerrar esse governo, por que ela não dará conta, e tem ainda a
401 crítica de que a PEC esta olhando para as políticas, não se preocupou com a financeirização, ela não olha

402 para o mercado de capitais, pois o mercado de capitais não irá sofrer nada, diz que essa discussão da pra ser
403 feiro com o CES. Voltando à pauta a conselheira chama a atenção da presidência da mesa, informando que o
404 concurso esta na ação 2007, programa 36, 7 milhões é o valor estimado de contrapartida, podendo ser bem
405 mais que isso, a SES planejou assim, dependendo do numero de inscrições ela aportou 7 milhões para dar
406 uma parte do que a SEGES precisa para realizar o concurso, foi trabalhado esse valor com base em alguns
407 concursos. **Cons. Oscarlino:** Diz que tem exemplo da SEDUC fez um concurso sem retirar recurso do
408 Governo, que na verdade fica com a receita das inscrições. **Cons. Luceni:** Diz que as inscrições é quem vai
409 dizer se desses 7 milhões o quanto irá precisar ser utilizado dele. Diz que sobre a realização do concurso ou
410 não, ela não pode responder por que fica entre o sindicato e o secretário de Estado de Saúde. **Cons. João**
411 **Dourado:** passa a presidência para o Conselheiro Oscarlino para que faça os encaminhamentos finais.
412 **Conselheiro Oscarlino:** Diz que cumprindo a pauta da reunião ocorrida nesse dia, e verificando o quórum,
413 informa que conforme regimento interno do CES/MT, não há mais possibilidade para deliberação a respeito da
414 aprovação ou não do PTA 2018. Diz que como há a proposta de trazer para a reunião de Fevereiro os
415 acréscimos das emendas, então após se coloca para deliberação sobre o PTA 2018. Conselheiro João
416 Dourado: Pede para que se registre que a apresentação foi realizada, como forma de apresentação para
417 conhecimento, e posteriormente se apresente essas adequações com as emendas e propostas aprovadas na
418 LOA. **Conselheira Luceni:** Diz que, o exercício financeiro reabre em janeiro e precisa executar, que em
419 fevereiro apresentará ao Pleno um orçamento que já esta sendo executado. A Conselheira chama a atenção
420 em relação a algumas decisões que possam ser necessária nesse período, como por exemplo, quando se
421 fechou a pauta e não pode deliberar sobre o PTA no prazo, o secretario optou por não fazer Ad referendum,
422 não fez pra poder passar no CES. Então ela diz que, entendeu que o PTA esta sendo apresentado e não
423 haverá deliberação nem de aprovado nem de reprovado, diz que tem uma preocupação enquanto gestora, por
424 que pode ser cobrada depois, diz que o orçamento não tem como trancar pra executar ele depois que passar
425 pelo pleno em fevereiro, por que existem despesas obrigatórias que são mensais, continuas. **Cons. João**
426 **Dourado:** Diz que não há o que se fazer, que ficará registrado que o PTA foi apresentado para conhecimento,
427 não houve deliberação por dois motivos, 01 o trancamento da pauta, 02 que não tem quórum suficiente. **Cons.**
428 **Oscarlino:** Diz que o hoje esta sendo feita a apresentação do PTA as avessas, mas que existe um parecer da
429 comissão de planejamento e orçamento, onde a Gestão apresentou detalhadamente o PTA, e a comissão deu
430 a recomendação. Diz que o Secretario na verdade, precisa apenas oficializar o Ad referendum, por que quando
431 ele envia para a assembleia sem deliberação do pleno, ele já passou por coma do CES/MT, e já foi aprovado,
432 já virou uma lei. **Cons. Luceni:** justifica que o PTA, foi enviado para a Assembleia por que há um prazo
433 constitucional que não poderia ultrapassar, porém embora não tenha sido aprovado pelo CES, a equipe
434 estiveram na reunião do CES, para apresentar em outro momento, porem não foi possível apresentar e após
435 houve o trancamento impedindo de trazer novamente, por isso apenas agora esta sendo feita a apresentação,

436 e naquela ocasião também foi trazido o parecer da comissão que não foi possível ler por que houve a retirada
437 de pauta e no mesmo dia deliberou o trancamento. **Cons Oscarlino:** Diz que o secretario terá que encontrar
438 uma forma de trabalhar sem a deliberação do CES nesse dia, por que não há a possibilidade de colocar em
439 votação. **Secretaria Executiva Lúcia Almeida:** Informa que haverá uma diminuição do fluxo de trabalho no
440 mês de janeiro, uma vez que, a maioria dos Conselheiros estarão de férias, e com isso a equipe estará
441 reduzida, por que tres dos servidores da SGCES estarão de férias também, porém permanece trabalhos da
442 área técnica. Ocorre menos trabalhos para as comissões por causa da dificuldade e de se conseguir quórum, e
443 não há ordinária em janeiro, por que seguimos o Conselho Nacional, então haverá reunião Ordinária a partir do
444 mês de fevereiro. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito horas e
445 após lida e achada conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente ad**
446 **hoc** Oscarlino Alves, pela Secretária Executiva, **Lúcia Almeida,** e pelos demais Conselheiros presentes: –
447 **Maria Bosbaid Paulo Roberto (NEOM), Maria José (SES/MT), Luceni Grassi (SES/MT), Rayssa Silva**
448 **(SINDESSMAT), Marco Antonio (cress), Mirian Arabela (ABHP), Edvande França (mov. Raça), João**
449 **Dourado (CUT), Emanuel Tibaldi (AMDE), Nulce Maria (DCA), Carlos Pereira (APRET), Geminiano José**
450 **(FCD).**